

Instituto Terra
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente

QUADRO 1**INSTITUTO TERRA****Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa livre	4	888	1.858	Obrigações sociais e trabalhistas	11	462	502
Aplicação financeira vinculada	4	1.266	242	Obrigações tributárias		11	13
Valores aplicados em projetos	5(b)	1.935	3.840	Convênios a executar	5(a)	3.201	4.083
Contas a receber de clientes	6	13	690	Fornecedores e outras contas a pagar	12	115	327
Adiantamentos		-	-	Empréstimos	13	135	135
Estoque	7	475	569			<u>3.924</u>	<u>5.060</u>
		<u>4.577</u>	<u>7.199</u>				
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais	8	122	114	Provisões para contingências	14	-	184
		<u>122</u>	<u>114</u>			<u>-</u>	<u>184</u>
				Patrimônio Social	15		
Imobilizado	9	4.542	2.095	Doações e subvenções		4.924	2.301
Intangível	10	30	22	Superávit acumulado		423	1.887
		<u>4.572</u>	<u>2.118</u>			<u>5.347</u>	<u>4.188</u>
Total do Ativo		<u>9.271</u>	<u>9.431</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Social		<u>9.271</u>	<u>9.431</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2
INSTITUTO TERRA
Demonstração do superávit (déficit)
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	16	7.220	9.499
Com Restrição		5.558	7.787
Educação e cultura		1.138	530
Atividades ambientais		4.420	7.257
Sem Restrição		1.662	1.712
Receita de serviços e produtos vendidos		278	235
Contribuições e doações voluntárias		1.021	1.191
Outras gratuidades		357	271
Outros recursos recebidos		6	15
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(8.235)	(7.391)
Atividades de Projetos		(8.235)	(7.391)
Educação e cultura		(1.454)	(750)
Atividades ambientais		(6.479)	(6.281)
Custos de serviços e produtos vendidos		(302)	(361)
RESULTADO BRUTO		(1.015)	2.108
DESPESAS OPERACIONAIS	16		
Administrativas		(673)	(438)
Salários		(213)	(185)
Encargos sociais		(103)	(116)
Despesas gerais		(88)	(73)
Manutenção e conservação		(8)	(10)
Serviços de terceiros		(207)	(37)
Despesa com informática		(42)	-
Despesa c/aperf.profissional		(3)	-
Viagens e representações		(9)	(16)
Depreciação e amortização		(31)	(31)
RESULTADO FINANCEIRO		62	(59)
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receita de aplicação financeira		109	113
DESPESAS FINANCEIRAS			
Tarifas bancárias		(24)	(12)
Juros e multas		(18)	(155)
IR sobre aplicação financeira		(1)	(2)
IOF sobre operação financeira		(4)	(3)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.657)	1.580

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3
INSTITUTO TERRA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit/Déficit do exercício	<u>(1.657)</u>	<u>1.580</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(1.657)</u></u>	<u><u>1.580</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

INSTITUTO TERRA

Demonstração das mutações do Patrimônio Social (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2017		<u>2.301</u>	<u>307</u>	<u>2.608</u>
Superávit do exercício		<u>-</u>	<u>1.580</u>	<u>1.580</u>
Em 31 de dezembro de 2017		<u>2.301</u>	<u>1.887</u>	<u>4.188</u>
Ajuste do exercício anterior	15	<u>-</u>	<u>193</u>	<u>193</u>
Doações e subvenções		<u>2.623</u>	<u>-</u>	<u>2.623</u>
Déficit do exercício		<u>-</u>	<u>(1.657)</u>	<u>(1.657)</u>
Em 31 de dezembro de 2018		<u>4.924</u>	<u>423</u>	<u>5.347</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**INSTITUTO TERRA****Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício		(1.657)	1.580
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		206	290
Ajuste de exercício anterior	17	193	-
Depreciação	9	201	205
Amortização	10	3	1
Ganho com correção monetária		(7)	(10)
Provisão para contingência		(184)	94
Superávit (déficit) ajustado		(1.451)	1.870
(Aumento) redução de ativos			
Adiantamentos		-	13
Valores aplicados em projetos		1.905	(799)
Contas a receber de clientes		677	(683)
Estoques		94	(344)
Aumento (redução) de passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(40)	64
Obrigações tributárias		(2)	3
Convênios a executar		(882)	(52)
Doações e subvenções		2.623	-
Outros passivos		(211)	53
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.713	124
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de intangível		(11)	-
Aquisições de ativo imobilizado		(2.648)	(47)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.659)	(47)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>54</u>	<u>77</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.100	2.023
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		2.154	2.100
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa		<u>54</u>	<u>77</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Terra é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1998, com sede na Fazenda Bulcão, localizada no Município de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, a qual foi cedida ao INSTITUTO, por prazo indeterminado, por meio de um Instrumento Particular de Comodato de 04 de julho de 2000, pelos seus proprietários, Sr. Sebastião Ribeiro Salgado Júnior e Sra. Lélia Deluiz Wanick Salgado, os idealizadores e sócios fundadores vitalícios do Instituto Terra.

Em agosto de 2007, os proprietários doaram a propriedade ao Instituto Terra através de “Escritura Pública de Doação com encargo”, encargo esse relativo à consecução dos objetivos sociais do INSTITUTO e observância perene e irrestrita dos preceitos legais aplicáveis às Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

A Fazenda Bulcão, com área de 677,3 há, foi reconhecida como RPPN pela Portaria IEF/MG nº 081, promulgada em 7 de outubro de 1998, e trata-se da primeira RPPN criada em uma área degradada de Mata Atlântica no Brasil. É administrada pelo Instituto Terra com o intuito de estimular o desenvolvimento sustentável através da recuperação e da conservação das florestas e do uso correto dos recursos naturais. Neste sentido, o Instituto Terra vem atuando em cinco áreas: restauração ecossistêmica, educação ambiental, produção de mudas nativas, extensão ambiental/Programa Olhos D’água e pesquisa aplicada.

Em 17 de dezembro de 1999, o Instituto Terra foi declarado de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aimorés, através da Lei nº 1.613/1999, tornando-se isento de tributos municipais, enquanto cumprir seu objetivo estatutário.

O Instituto Terra obteve o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA (2009) – o primeiro RBMA em Minas Gerais – comprovando que desenvolve, de forma regular e mensurável ações significativas nas três funções básicas das Reservas da Biosfera: conservação, conhecimento e desenvolvimento sustentável, conforme definição do Programa MaB UNESCO. Obteve também os títulos de utilidade pública estadual, por Minas Gerais (2005) e Espírito Santo (2011), e federal (2011).

Em 2011 foram iniciadas atividades comerciais com vistas à sustentabilidade econômico-financeira do Instituto Terra, tais como a comercialização de mudas florestais atlânticas e suvenires.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apesar do Instituto Terra já vir executando iniciativas de recuperação de nascentes na bacia hidrográfica do Rio Doce desde 2010, em 2015 houve o lançamento do “Programa Olhos D’água”, que tem por objetivo buscar a recuperação de todas as nascentes localizadas em todos os 228 municípios compreendidos no perímetro do Vale do Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A estimativa inicial do programa é a recuperação de cerca de 345 mil nascentes, através do plantio de mais de 50 milhões de árvores nativas, em áreas que deverão ser protegidas através de cercas de proteção. Além disso, o programa também prevê a instalação de fossas sépticas ou mini estações para tratamento de esgotos, nas propriedades com nascentes recuperadas, bem como a regularização do Cadastro Ambiental Rural – CAR, das propriedades que aderirem ao programa. Além de receitas de doações, de serviço e projetos específicos e vinculados ao programa, o Instituto Terra também vem recebendo doações nacionais e internacionais de pessoas físicas e outra entidades para a ajuda na causa da recuperação do Vale do Rio Doce como um todo, todavia sem propósitos contratuais específicos. Ambos convênios contratualmente vinculadas e as doações livres estão sendo alocadas e direcionadas ao Programa Olhos D’água.

Para o ano de 2019, os indicadores confirmam que o Instituto possui capacidade de saldar suas obrigações correntes, pelo disponível e em parte pelo recebimento de realizáveis a curto prazo (dos convênios previamente assinados e de doações recorrentes), tendo um equilíbrio financeiro sem previsão de problemas de liquidez.

Risco de crédito – baixo, pois as atividades principais somente são iniciadas após a assinatura dos convênio com parceiros ou com os governos estaduais. O Instituto trabalha apenas com instituições financeiras de primeira linha, não representando um risco para as aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros

Nota explicativa:

Instrumentos financeiros	<u>Categoria</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalente de caixa livre	Empréstimos e recebíveis	888	1.858
Caixa e equivalente de caixa vinculado	Empréstimos e recebíveis	1.266	242
Valores aplicados em projetos	Empréstimos e recebíveis	1.935	3.840
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	13	690
		<u>4.102</u>	<u>6.630</u>
Outros passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	115	327
Convênios a executar	Outros passivos financeiros	3.201	4.083
Empréstimos	Outros passivos financeiros	135	135
		<u>3.451</u>	<u>4.545</u>

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 05 de abril de 2019 as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho Diretor para divulgação em 13 de abril de 2019.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), aplicáveis às pequenas e médias empresas, em especial no que diz respeito à NBC ITG 2002 (R1), que trata sobre as Entidades sem finalidade de lucros.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

(a) As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto Terra e também sua moeda de apresentação. Todas as informações financeiras divulgadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Contribuições e Doações

(a.1) Contribuições e Doações Desvinculadas

As contribuições ou doações em moeda corrente e em bens e serviços gratuitos desvinculadas, são aquelas cujo doador não estipula um fim ou condições específicas a serem cumpridas pelo Instituto. Tais doações são classificadas diretamente nas contas de resultado do exercício.

(a.2) Doações Vinculadas

As doações vinculadas são aquelas cujo doador estipula um fim ou obrigações e condições específicas a serem cumpridas pelo INSTITUTO. As doações e respectivas aplicações são registradas no resultado

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

no momento que o doador dos recursos confirma, formalmente, que as referidas obrigações foram cumpridas pelo Instituto.

(a.3) Contribuições e Doações Patrimoniais

As contribuições e doações patrimoniais são aquelas recebidas exclusivamente para a aquisição e/ou construção de ativo imobilizado e são registradas no patrimônio social, na rubrica “Fundos de Doações e Subvenções”.

(b) Apuração do Superávit (Déficit)

As receitas e as despesas são apuradas pelo regime de competência. As receitas desvinculadas de doações para custeio da Instituição, são reconhecidas no resultado quando recebidas e têm a finalidade de custear as diversas atividades desenvolvidas que não possuem patrocinador específico.

(c) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Ao menos anualmente o Instituto revisa tais estimativas e premissas.

(d) Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

(e) Valores Aplicados em Projetos

São aplicações de convênios vinculados a projetos que ainda não foram submetidos a aprovação e ou estão aguardando a aprovação da prestação de contas pelo doador.

(f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, formação ou construção menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas conforme demonstradas abaixo e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os encargos de

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciação foram alocados aos custos referentes às iniciativas de Educação e Meio-Ambiente, bem como às despesas administrativas no que se referem aos imóveis utilizados para tal fim. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamento.

O Instituto inclui no valor contábil de um item do imobilizado, o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcione benefícios econômicos futuros, sendo baixado o valor contábil das peças substituídas. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados anualmente.

• Edificações	25 anos
• Benfeitorias em Instalações Próprias	10 anos
• Máquinas e Equipamentos	10 anos
• Móveis e Utensílios	10 anos
• Viveiro Florestal	10 anos
• Veículos	05 anos

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativos Intangíveis

As marcas registradas, as licenças (incluindo licença de software) e as relações contratuais adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização. A amortização é calculada pelo método linear, conforme taxas mencionadas abaixo.

• Marcas e Patentes	05 anos
• Software	05 anos

(h) Convênios a Executar

O saldo em convênios a executar corresponde aos valores liberados pelos doadores, ainda não aplicados em seus respectivos projetos até a data de balanço e/ou caso tenham sido aplicados nos respectivos projetos, que ainda não tenham sido submetidos à aprovação ou estão aguardando aprovação pelo doador.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Demais Ativos e Passivos Circulantes

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

(j) Estoques

São apresentados pelos valores de custo das mercadorias adquiridas para revenda, ou mercadoria recebida em doação para aplicação no Programa Olhos D'Água.

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

A natureza dos produtos em estoques são souvenirs, gêneros alimentícios e insumos para cercamento de nascentes em propriedades rurais.

(k) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber decorrem das vendas de produtos ou serviços, efetuadas através de cartão de crédito, boleto bancário e depósito bancário e são registradas pelo seu valor nominal.

A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva que o Instituto não receberá todos os valores recebíveis de acordo com as condições originais das contas a receber.

(l) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

(m) Fornecedores

Fornecedores e outras e contas a pagar são reconhecidos pelo valor justo e pagos em curto prazo.

(n) Patrimônio Social

Representa o patrimônio social inicial do Instituto, das "Doações e Subvenções" de sua constituição e o resultado do superávit (déficit) dos exercícios. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits são absorvidos pelo patrimônio social.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(o) Venda de Produtos e Serviços

O Instituto produz mudas florestais nativas da Mata Atlântica, em viveiro próprio, para utilização em suas atividades de reflorestamento, comercializando o excedente. Comercializa também souvenirs, serviços de visitação orientada e aluguel de suas dependências para eventos ou hospedagem, todos como fonte de sustentabilidade.

O recebimento das vendas geralmente é realizado em dinheiro, cartão de crédito, boleto ou depósito bancário. A renda advinda dessas receitas é revertida integralmente no objetivo geral do Instituto.

(p) Prestação de Serviços

O Instituto presta serviços de restauração ecossistêmica, proteção e recuperação de nascentes através de seus diversos programas. Esses serviços são geralmente contemplados em contratos.

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado de acordo com cada contrato, levando-se em consideração o estágio de execução do serviço contratado.

(q) Provisão para Contingência Tributária, Cível e Trabalhista

Quando requerido, o INSTITUTO constitui provisões para contingências referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis e podem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(r) Gratuidades

O Instituto reconhece em suas demonstrações financeiras as gratuidades que estão a sua disposição em forma de prestação de serviços / atividade profissional recebidas de forma gratuita e com a mesma qualidade e responsabilidade de um serviço/atividade pago. Essas gratuidades, também conhecidas como "Pro Bono", são reconhecida pelo seu valor justo.

(s) Regime especial de tributação

Por tratar-se de instituição sem fins lucrativos, o patrimônio, a renda e os serviços prestados pelo Instituto estão imunes ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), conforme disposições constitucionais e Lei nº 9.532/1997. Por seu turno, o PIS – Programa de Integração Social é calculado à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento de salários. Também está isenta do recolhimento dos tributos municipais (ISS – Imposto sobre Serviços e IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana).

INSTITUTO TERRA

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA e APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalente de caixa inclui:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos com Movimento de Recursos Livres (a)	11	16
Bancos com Movimento de Vinculadas (b)	5	1
Aplicações Financeiras de Recursos Livres (a)	877	1.842
Aplicações Financeiras Vinculadas (b)	<u>1.261</u>	<u>241</u>
Total	<u>2.154</u>	<u>2.100</u>

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) caixa e equivalente de caixa livre

		2018	2017
	Depósito Bancário em Conta Corrente	Total	Total
Livre	6	810	576
Programa Olhos D'Água	5	78	1.282
Caixa e equivalente de caixa livre	11	888	1.858

(b) Aplicações financeiras vinculadas

Vinculadas

Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC	-	-	25
Energest S.A	-	14	71
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	-	-	140
Instituto Líderes do Amanhã	-	-	5
Defensoria Pública	-	16	-
Todos pelo Rio Doce	-	41	1
Fundação Renova Nere	-	24	-
Prefeitura Municipal de Aimorés - Terrinhas	-	12	-
Fundação Renova Olhos D'Água	5	997	-
Pnuma United Nations Environment Programme	-	157	-
Caixa e equivalente de caixa vinculado	5	1.266	242

O saldo de aplicações financeiras vinculadas refere-se a recursos a serem aplicados estritamente no escopo dos respectivos convênios. Os valores estão aplicados em bancos reconhecidos no mercado e possuem liquidez imediata para serem utilizados nos projetos atrelados.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 CONVÊNIOS A EXECUTAR

Referem-se a valores recebidos de convênios institucionais destinados à aplicação em projetos e gastos específicos (projetos vinculados). Esses valores serão reconhecidos contra o resultado dos exercícios, à medida que forem efetivamente realizados os gastos previstos, ou quando forem aprovadas as prestações de contas pelos respectivos doadores, nos casos requeridos.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Movimentação dos Recursos de Convênios

	Total do Convênio	Saldo em 2017	Recursos Liberados e rendimentos	Recursos Utilizados	Saldo em 2018
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	497	119	-	-	119
Instituto Estadual de Florestas – IEF MG (2011)	1.096	832	-	-	832
Vale S.A. - Olhos D'Água	1.949	806	-	806	-
Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC	500	25	-	25	-
Vale S.A - Nere	300	328	-	328	-
Prefeitura Municipal de Aimorés - PMA/Terrinhas	37	-	13	-	13
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	5.729	219	-	219	-
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina Olhos D'Água	4	9	-	-	9
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad/Fhidro	781	637	1	638	-
Vitalogy Fondation - Pearl Jam	122	133	-	133	-
Fondation Prince Albert II de Monaco - FPA II	641	514	-	514	-
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S/A	12	12	-	-	12
Movimento Todos Pelo Rio Doce	-	1	69	-	70
Instituto Líderes do Amanhã	5	5	-	5	-
Defensoria Pública	-	-	17	-	17
José Roberto Marinho - NERE	366	372	-	372	-
Energest S.A	105	71	2	17	56
Pnuma United Nations Environment Programme	165	-	157	-	157
	12.309	4.083	260	3.057	1.286
Fundação Renova Olhos D'Água	4.488	-	1.770	-	1.770
Fundação Renova NERE	592	-	145	-	145
	17.389	4.083	2.175	3.057	3.201

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Conciliação do saldo dos convênios

	Valores aplicados em projetos 2017	Gastos incorridos	Valores aprovados	Valores aplicados em projetos 2018
Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA	119	-	-	119
Instituto Estadual de Florestas I - IEF/SEMAD (2011)	832	-	-	832
Vale S.A - Olhos D'água	806	-	(806)	-
Vale S.A - Nere	328	-	(328)	-
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad Olhos D'Água	218	-	(218)	-
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Colatina	8	-	-	8
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Fhidro	497	-	(497)	-
Vitalogy Foundation - Pearl Jam	134	-	(134)	-
Foundation Prince Albert II de Monaco - FPAII	513	-	(513)	-
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software S/A	13	-	-	13
Todos pelo Rio Doce	-	29	-	29
Defensoria Pública-ES	-	1	-	1
José Roberto Marinho - NERE	372	-	(372)	-
Energest S/A IV	-	42	-	42
Fundação Renova - Olhos D'Água 2018	-	767	-	767
Prefeitura Municipal de Aimorés - Terrinhas	-	2	-	2
Fundação Renova - Nere 2018	-	122	-	122
	3.840	963	(2.868)	1.935

- (i) Valores pendentes de aprovação de prestação de contas, reconhecidos contabilmente na rubrica "Valores aplicados em projetos" (ativo circulante).

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a Receber de Clientes	13	690
Total	<u>13</u>	<u>690</u>

Não foi reconhecido provisão para crédito de realização duvidosa por que todo saldo refere-se a valores a receber de operadores de cartão de crédito sem histórico de perda.

7 ESTOQUES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estoque de mercadoria para revenda	91	93
Estoque de doações a distribuir	384	476
Total	<u>475</u>	<u>569</u>

Estoque de doações a distribuir se referem a materiais para cercamento de nascentes, doados pela ArcelorMittal Brasil S.A, cujo compromisso foi firmado através de Termo de Cooperação em Março de 2015, sob a égide do Programa Olhos D'água.

8 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósito judicial	122	114
Total	<u>122</u>	<u>114</u>

Refere-se a depósito caução realizado com valor atualizado do processo de nº 0003402-14.2012.4.01.3813, em ação ordinária proposta pelo Instituto Terra em face da União Federal, objetivando a suspensão da cobrança dos recursos que lhe foram repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 IMOBILIZADO

2017

Custo	Edificações	Benfeitorias em Instalações Próprias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Total
Em 1º de janeiro de 2017	3.375	156	338	70	7	3.946
Adições	-	-	44	3	-	47
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Em 31 de dezembro de 2017	3.375	156	379	73	7	3.990
Depreciação Acumulado						
Em 1º de janeiro de 2017	(1.506)	(15)	(120)	(46)	(5)	(1.692)
Depreciação anual	(137)	(12)	(48)	(8)	(1)	(206)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	-	3	-	-	3
Em 31 de dezembro de 2017	(1.643)	(27)	(165)	(54)	(6)	(1.895)
Valor Contábil						
Em 1º de janeiro de 2017	1.869	141	218	24	2	2.254
Em 31 de dezembro de 2017	1.732	129	214	19	1	2.095

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	2018						Total
	Imóveis	Edificações	Benfeitorias em Instalações Próprias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	
Em 1º de janeiro de 2018	-	3.375	156	379	73	7	3.990
Adições	2.623	-	-	22	3	-	2.648
Baixas	-	-	-	(19)	-	(7)	(26)
Em 31 de dezembro de 2018	2.623	3.375	156	382	76	-	6.612
Depreciação Acumulado							
Em 1º de janeiro de 2018	-	(1.643)	(27)	(165)	(54)	(6)	(1.895)
Depreciação anual	-	(135)	(12)	(46)	(7)	(1)	(201)
Depreciação acumulada de ativos baixados	-	-	-	19	-	7	26
Em 31 de dezembro de 2018	-	(1.778)	(39)	(192)	(61)	-	(2.070)
Valor Contábil							
Em 1º de janeiro de 2018	-	1.732	129	214	19	1	2.095
Em 31 de dezembro de 2018	2.623	1.597	117	190	15	-	4.542

O Instituto utiliza o método linear para a depreciação praticada e tais encargos, no valor total de R\$ 201 (2017 = R\$ 206) foram alocados aos custos ambientais e de educação, bem como às despesas administrativas. A administração avaliou como necessário o registro dos imóveis recebidos pelo Instituto em doação de seus fundadores para consecução de seus objetivos sociais (Vide NE 15)

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 ATIVOS INTANGÍVEIS

	2017		
Custo	Marcas e Patentes	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2017	5	33	38
Adições	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	5	33	38
Amortização e Perdas Acumuladas			
Em 1º de janeiro de 2017	(5)	(11)	(16)
Amortização Anual	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	(5)	(11)	(16)
Valor Contábil			
Em 1º de janeiro de 2017	-	22	22
Em 31 de dezembro de 2017	-	22	22
	2018		
Custo	Marcas e Patentes	Software	Total
Em 1º de janeiro de 2018	5	33	38
Adições	-	11	11
Em 31 de dezembro de 2018	5	44	49
Amortização e Perdas Acumuladas			
Em 1º de janeiro de 2018	(5)	(11)	(16)
Amortização Anual	-	(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2018	(5)	(14)	(19)
Valor Contábil			
Em 1º de janeiro de 2018	0	22	22
Em 31 de dezembro de 2018	0	30	30

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos Sociais a Pagar	68	103
Obrigações Trabalhistas	115	130
Provisões Trabalhistas (Férias e encargos sociais)	<u>279</u>	<u>269</u>
Total	<u><u>462</u></u>	<u><u>502</u></u>

12 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	59	326
Contas a Pagar	56	1
Total	<u><u>115</u></u>	<u><u>327</u></u>

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Outras contas a pagar são descontos em folha de pagamento de funcionários, por determinação judicial e/ou negociação com instituição financeira.

13 EMPRÉSTIMOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Empréstimos	<u>135</u>	<u>135</u>
Total	<u><u>135</u></u>	<u><u>135</u></u>

Referem-se a empréstimos sem juros fixados, tomados junto à Krenak Empreendimentos Artísticos Ltda. (doadora de recursos ao Instituto), e que possuem prazos indeterminados de vencimento, porém são reconhecidos com correção monetária baseadas em valores de mercado, que são registradas como doação, e são classificados no passivo circulante.

Os recursos foram utilizados para custeio do objeto social do Instituto, em projetos de natureza permanente. Os empréstimos foram e eventualmente são tomados principalmente quando há atrasos na liberação de recursos comprometidos pelos patrocinadores dos projetos.

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	<u>Risco Trabalhista</u>
Em 1º de janeiro de 2018	184
No resultado	
Reversão de valores durante o ano	(184)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>

A Administração acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

O Instituto adota a prática de efetuar provisões para eventuais riscos trabalhistas, conforme orientação de seus assessores jurídicos. Baseada na avaliação desses assessores a administração decidiu reverter a provisão constituída em exercícios anteriores para fazer face a eventual demanda trabalhista.

15 PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social compreende Doações e Subvenções, acrescido do Superávit do Exercício.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações e Subvenções	4.924	2.301
Superávit Acumulado	<u>423</u>	<u>1.887</u>
Patrimônio Social	5.347	4.188

Por decorrerem de doações recebidas por escritura pública com encargos, a administração decidiu adequar o patrimônio social do Instituto registrando a propriedade da Fazenda Bulcão e do imóvel rural do Córrego Bulcão e Morro da Caixa, sobre os quais recaem obrigações e responsabilidades, administrativas, civis e tributárias, sendo ainda esses imóveis a base de execução do objetivo social da entidade e sua sede comercial (Vide NE 1 e NE 9).

INSTITUTO TERRA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

16 RECEITAS E DESPESAS

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	7.220	9.341
Com Restrição	5.558	7.787
Nucleo de Estudos em Restauração Ecológica - Atividade Educacional	1.129	530
Educação Ambiental – Atividade Educacional	9	-
Restauração Ecológica- Atividades Ambientais	5	102
Extensão Ambiental - Atividades Ambientais	75	156
Viveiro – Atividades Ambientais	497	-
Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	1.999	533
Gratuidade para o Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	1	-
Receita de Serviço para o Programa Olhos D'água - Atividades Ambientais	1.843	6.466
Sem Restrição	1.662	1.554
Receitas de Serviços e Produtos Vendidos	278	235
Contribuições e Doações Voluntárias	1.021	1.043
Gratuidades	357	271
Outros Recursos Recebidos	6	5
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.235)	(7.392)
ATIVIDADES DE PROJETOS	(8.235)	(7.392)
Educação e Cultura	(1.454)	(750)
Restauração Ecológica	(868)	(773)
Viveiro	(987)	(738)
Programa Olhos D'Água	(4.549)	(4.614)
Extensão Ambiental	(75)	156
Custo de Serviços e Produtos Vendidos (Captação de recursos para sustentabilidade)	(302)	(361)
RESULTADO BRUTO	(1.015)	1.949
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(673)	(438)
Depreciação e Amortização	(31)	(31)

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 AJUSTE DE EXERCÍCIO

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Exercício Anterior é referente a Ativo Imobilizado e sua devida amortização. Os valores nela contabilizados são irrelevantes e são referentes ao exercício anterior.

Intangível	9
Provisão contingencial	185
(-) Amortização	(1)
Valor corrigido em 31 de dezembro de 2017	<u>193</u>

18 ASPECTOS FISCAIS

Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158- 35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

O Instituto Terra, entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

* * *

INSTITUTO TERRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conselho Diretor do Instituto Terra é composto pelos seguintes membros:

José Armando de Figueiredo Campos	Presidente
Mauro Leite Teixeira	Vice-Presidente
Tomaz Benedito de Souza	Secretário Geral
Afonso Borges Diretor	Diretor
Carlos Alberto Roxo	Diretor
Henrique Lobo Gonçalves	Diretor
Izabella Monica Vieira Teixeira	Diretor
Juliano Ribeiro Salgado	Diretor
Lélia Deluiz Wanick Salgado	Diretor
Paulo Henrique Wanick Mattos	Diretor
Robson de Almeida Melo e Silva	Diretor
Sebastião Ribeiro Salgado Junior	Diretor

Conselho Fiscal do Instituto Terra é composto pelos seguintes membros:

Carlos Alberto Lessa
Celso Luiz Marques
Valcemiro Nossa

Diretora Executiva
Isabella Salton Marques de Souza

Responsável Técnico
Edna Maria Amorim de Assis
Contadora
CRC MG 095127/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

Aos Administradores, Conselheiros e Associados
INSTITUTO TERRA
Aimorés, MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da INSTITUTO TERRA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUTO TERRA, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, refletidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi conduzido sobre a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação de opinião, em 23 de novembro de 2018.

O relatório daqueles auditores conteve parágrafo de ênfase acerca de Termo de Ajuste de Gratuidade (TAG) pendente de aprovação perante o Ministério de Educação (MEC), que poderia colocar em risco a manutenção da filantropia da Fundação. Referida pendência foi resolvida no decorrer de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

- divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Aimorés, 05 de Abril de 2019.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 07.377.136/0001-64



Cláudio Silva Foch - Sócio Responsável
Contador - CRC-RJ 102.455/O-4 - CNAI 2174